

ave P!

Constituinte vota hoje o regimento

GAZETA MERCANTIL

29 DEZ 1987

por Zanoni Antunes
de Brasília

A mudança no regimento interno da Assembléa Nacional Constituinte deverá ser definida hoje, em detalhes, na votação que começa às 10 horas. Os 559 parlamentares devem trabalhar sob intensa proteção policial: ontem à noite, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pediu ao governador do Distrito Federal, José Aparecido, o envio de tropas da Polícia Militar.

Os constituintes do bloco conservador chamado "Centrão" temem a repetição dos incidentes de quinta-feira última, durante a votação do pedido de preferência do substitutivo do "Centrão", quando manifestantes ligados a entidades sindicais vaiaram, xingaram e atiraram objetos no plenário. E por isso pediram proteção policial a Ulysses.

Na votação de hoje, segundo o que apurou o editor Andrew Greenlees, espera-se um acordo em torno de um projeto intermediário elaborado pela mesa diretora, já que a Constituinte está dividida em dois blocos: o "Centrão", de tendência conservadora, e, de outro lado, seus adversários, conduzidos pelo líder

do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas.

O grupo de Covas, contudo, deverá insistir na necessidade de votação dos pedidos de preferência para emendas ao texto elaborado pela Comissão de Sistematização. O "Centrão", por sua vez, prefere que a assinatura de 280 parlamentares seja o bastante para garantir a prioridade de uma emenda sobre outras referentes ao mesmo tema constitucional.

Já o Partido dos Trabalhadores (PT), segundo o deputado José Genoíno, ficará contra qualquer espécie de acordo, principalmente se o grupo de Covas se entender com o "Centrão". Nesse caso, o PT solicitará a votação, uma a uma, das sessenta emendas ao texto da mesa, como forma de obstruir os trabalhos e protestar contra o possível acordo Covas/"Centrão".

A mesa da Constituinte tem mais um problema: a possibilidade de parlamentares comparecerem às sessões armados. O corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS/PA), anunciou que enviará ofício a todos os constituintes lembrando-os que o regimento interno proíbe o porte de armas.

(Ver página 6)